



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

DA INVISIBILIZAÇÃO À LUTA: CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA

Poliana Gonçalves Monteiro (UFF) - poli.dmambembe@gmail.com

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ); pesquisadora do Laboratório GPDU/EAU/UFF.

Grasile Grossi (UFF) - grasidaheer@yahoo.com.br

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestre e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Laboratório GPDU/EAU/UFF.

Rosane Rebeca de Oliveira Santos (UFF) - rosanerebeca@gmail.com

Arquiteta e Urbanista (UFF). Mestre em Arquitetura e Urbanismo, ênfase em Planejamento Urbano e Regional (USP). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFF) e pesquisadora do Laboratório GPDU/EAU/UFF.

Marcus César Martins da Cruz - marcuscesar79@gmail.com

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFF) e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (UFMG). Arquiteto do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais.



DA INVISIBILIZAÇÃO À LUTA: CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA

RESUMO: O presente artigo pretende debater o uso da cartografia como instrumento importante na disputa de narrativas e de representações do espaço urbano. A cartografia tradicional, representação absoluta dos territórios, tem sido utilizada como dispositivo afirmativo das ações do poder, que por meio de uma visão hegemônica dos espaços mapeados, tendem a invisibilizar sujeitos, histórias e processos, mitigando conflitos e reproduzindo as desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, a construção de cartografias alternativas, representações contra-hegemônicas embasadas na leitura crítica e na participação comunitária, podem contribuir para a efetivação de direitos e para construção do poder popular. No processo de luta dos moradores da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, cujas ameaças de remoções tiveram seu ápice durante a preparação da cidade para os Jogos Olímpicos Rio 2016, a produção cartográfica demonstrou-se relevante para a estratégia de resistência dos moradores. Os mapas e representações sensíveis do espaço vivenciado potencializaram a união entre os moradores, destacaram a importância histórica e a identidade local e contribuíram para intensificar a atuação dos moradores enquanto agentes ativos no processo de luta pela permanência, bem como serviu, efetivamente, como forma de contraposição ao projeto remocionista da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Cartografia crítica. Resistência. Vila Autódromo.

ST – 1: Projeto, Processo, Superação de Limitações

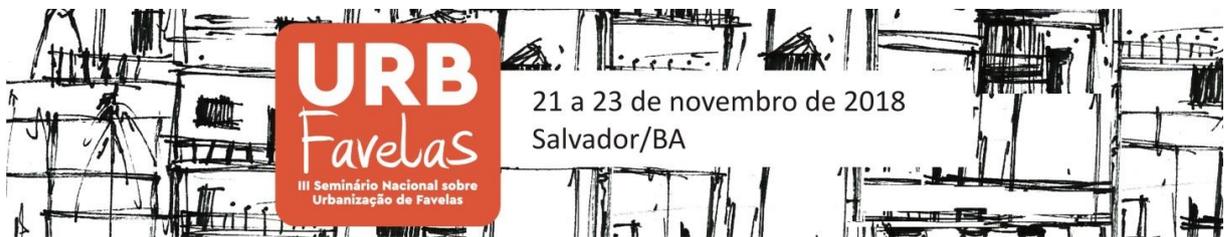


1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre as representações cartográficas como instrumento de disputa de narrativas, sentidos e representações do espaço urbano e sobre a potência do uso da cartografia crítica na luta pela efetivação do Direito à Cidade e especificamente, do Direito à Moradia. Com esse objetivo recorreremos à literatura que destaca o lugar da crítica no fazer cartográfico e às práticas teórico-metodológicas de observação de conflitos sociais no território (leitura de jornais, leitura sociológica e criação de banco de dados), denominadas “cartografia da ação” (RESENDE; TOZI, 2011 e RIBEIRO, 2013), em contraposição às ação sistêmica e estratégica do poder hegemônico que representa o espaço de forma flexível, seletiva, indiferente e, portanto, pseudodemocrática. Aqui pretende-se evidenciar que a cartografia oficial/tradicional simula mapear “todos os problemas” da cidade e expressa como problemas, de forma muitas vezes oportunista e discriminatória, características específicas e práticas populares que são agregadoras para o território em disputa.

A cartografia tradicional, representação absoluta dos territórios, portanto tem sido utilizada como dispositivo afirmativo das ações do poder, que por meio de uma visão hegemônica dos espaços mapeados, tendem a invisibilizar sujeitos, histórias e processos, mitigando conflitos e reproduzindo as desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, a construção de cartografias alternativas, representações contra-hegemônicas embasadas na leitura crítica e na participação comunitária, podem contribuir para a efetivação de direitos e para construção do poder popular. Nesse sentido, o potencial libertário de representações do espaço vívido que busca descobrir “o que não existe”, “o que está invisível” é evidenciado a partir da cartografia desenvolvida com o apoio da equipe do Plano Popular (ETTERN/IPPUR) pelos moradores em luta pela permanência na Vila Autódromo, Rio de Janeiro.

No processo de resistência histórica dos moradores dessa pequena comunidade às margens da Lagoa de Jacarepaguá, cujas ameaças de remoção remontam da década de 1990 e se intensificaram durante a preparação da cidade para os Jogos Olímpicos Rio 2016, a produção cartográfica demonstrou-se relevante para a estratégia de permanência. Os mapas e representações sensíveis do espaço vivenciado potencializaram a união entre os moradores, destacaram a importância histórica e a identidade local e contribuíram para intensificar a



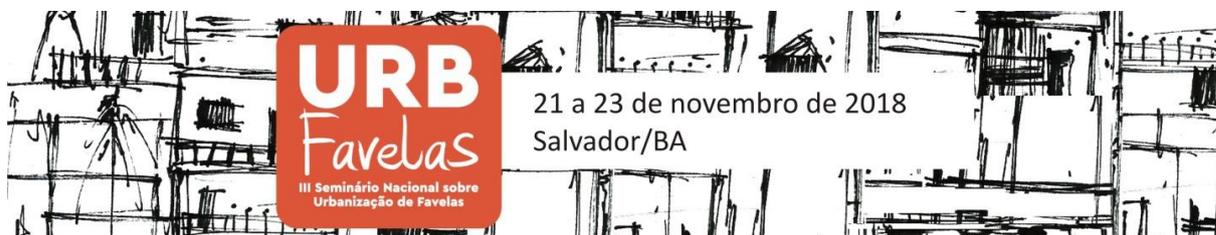
atuação dos moradores enquanto agentes ativos no processo de luta pela permanência, bem como serviu, efetivamente, como forma de contraposição ao projeto remocionista da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O projeto que trouxe as Olimpíadas ao Rio de Janeiro foi viabilizado por meio da aliança entre proprietários de terra, empresários do setor imobiliário e grandes empreiteiras nacionais, com a anuência e intensa participação do poder público. A falta de participação popular e a ausência dos mecanismos democráticos de gestão da cidade previstos em lei foram marcas do período, quando prevaleceu o autoritarismo no processo decisório e execução das obras e a invisibilização sistemática das favelas da cidade. A proposta aqui colocada reconhece a oportunidade de alargar o pensamento sobre o fazer cartográfico, sem a pretensão de apresentar argumentos conclusivos e sim, ideias e práticas experimentais que buscam romper com as representações superficiais e simplificadas de uma realidade social complexa como a vivida na cidade do Rio de Janeiro. Para desenvolver a reflexão pretendida, o artigo estrutura-se em três partes, além desta Introdução. Na primeira, será analisada a contradição entre as representações do espaço oficiais/tradicionais e a realidade, observando como essa ação sistemática se conforma como uma estratégia persistente de invisibilização e discriminação. Em seguida, será analisado o potencial da cartografia crítica como estratégia de luta e construção de poder popular. Na terceira parte será apresentada as práticas cartográficas desenvolvidas na Vila Autódromo no período de resistência mais intensa à remoção da população residente de suas casas e de seu território.

2. AS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS E A DISPUTA DA REALIDADE

Um cartógrafo, se quiser, pode inverter os rumos do mundo. Tomás Eloy Martínez (*apud* ACSELRAD, 2012)

A palavra “orientação” vem do tempo em que o oriente, ou seja, o leste, era o ponto cardinal mais importante da cartografia europeia. Na época das Cruzadas, Jerusalém costumava ocupar o alto do mapa, o que colocava o leste mais ou menos no topo. Um dos pioneiros do norte no topo foi o astrônomo e geógrafo egípcio Ptolomeu (83-168). Não existe parte “de cima”



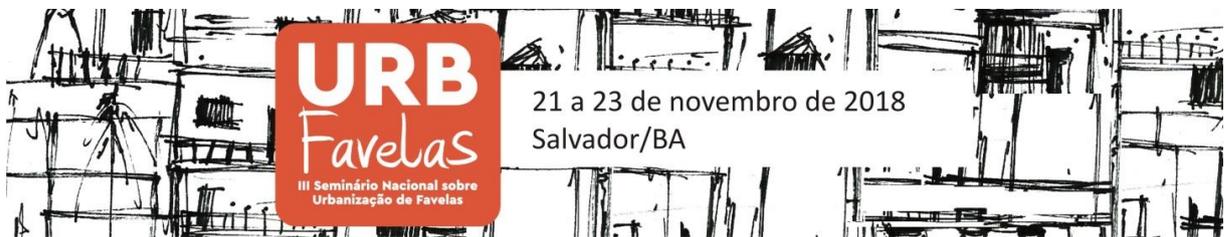
ou “de baixo” da Terra, a representação dos continentes e dos mares nessa posição é uma convenção, uma combinação para que todos representem o mundo de forma parecida. Com as grandes navegações, o mundo conhecido pelos europeus foi alargado e o formato atual, com sua respectiva convenção da relação norte/sul e leste/oeste, consolidou-se.

A escolha dos referenciais cartográficos tem componentes político-ideológicos. Atualmente existem inúmeras projeções cartográficas e nenhuma delas representa de forma precisa a Terra em um mapa, já que um mapa deve obrigatoriamente incluir uma distorção: em área, em ângulos, em formas ou distâncias, de acordo com a finalidade do mapa. Além da questão das distorções, a imensa maioria dos mapas do mundo posicionam a Europa no centro, um grande indicativo de que relações hierárquicas históricas tendem a permanecer nas formas de representação dos territórios. Em 2016, no intuito de amenizar essas “distorções”, e talvez indicar uma alternativa menos tendenciosa, o arquiteto japonês Hajime Narukawa desenvolveu uma projeção cartográfica, inspirada no origami, resultando no Authagraph¹, representação que melhor representa as proporções dos continentes e oceanos.

As distorções e omissões enquanto escolhas políticas e ideológicas também ocorrem nas representações oficiais/tradicionais do espaço urbano que operam a invisibilização sistemática do que não interessa ou contesta o poder hegemônico. A cartografia utilizada como dispositivo modelador de imagens-síntese da cidade é ferramenta do planejamento neoliberal, sob a lógica do *city marketing*. Tais representações assumem um esforço local em selecionar, omitir espaços e práticas sociais, conflitos e insurgências, conformando recortes imaginários no espaço que não dão conta do contexto histórico-social de uma sociedade em um determinado espaço-tempo (MASSEY, 2008). Dessa forma, pode-se afirmar que a cartografia tradicional que utiliza como categoria de análise o território (absoluto) - recorte não relacional no espaço físico - assume formas que podem naturalizar as desigualdades sociais.

A leitura do territorial de forma absoluta, como categoria cartográfica, impõe representações que ocultam permanências cruéis, cristalizações, (i)mobilismos e enraizamentos desejados/indesejados, bem como determina noções daquilo que é considerado legítimo e justo, os lugares onde moram os “sujeitos de bem”, ou seja, os locais dos detentores de estima e (auto)confiança - virtudes fundamentais em ações políticas autônomas - e os redutos da

¹ Ver: <http://www.authagraph.com/top/?lang=en>



delinquência, dos ilegais e dos perigosos. Em outras palavras, ela acaba por estigmatizar territórios, que historicamente são representados sob uma ótica da normativa dual, mesmo que o faça de maneira sutil.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a disputa de sentidos e discursos por meio da cartografia é evidente. A pedido da Prefeitura, o Google começou a diminuir a presença das favelas no seu serviço Google Maps. O fato se concretizou, em 2013, com a exclusão da palavra “favela” em praticamente toda a plataforma digital, cuja hierarquização de informações reduziu as favelas ao mesmo destaque das ruas e, além disso, omitiu diversas comunidades faveladas. Atualmente, o processo de desidentificação das favelas cariocas no Google Maps exclui seus nomes por completo (Fig. 1, 2 e 3) (COSENTINO, 2013).

Figura 1. Imagem do Google Maps, em 2011, identificando localidades do Morro do Turano, situado entre o bairro da Tijuca e Rio Comprido, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, antecedidas da palavra ‘favela’.



Fonte: COSENTINO, 2013. Disponível em:

<http://www.global.org.br/blog/ainvisibilizacaoadopobrezaedospobresnorioolimpico/>

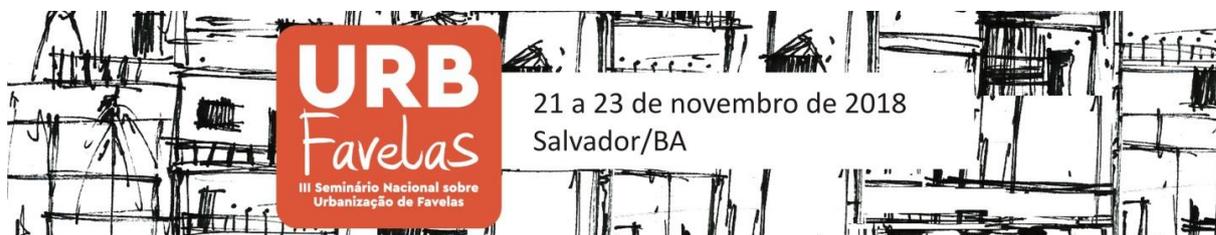


A atividade de cartografar os espaços e sujeitos “que devem ser vistos”, em detrimento de outros (desidentificados para invisibilizar) sustenta a construção simbólica da “Cidade Maravilhosa” e, mais recentemente, da “Cidade Olímpica”. No mapa oficial distribuído aos turistas, em 2016, pela Empresa de Turismo do Rio de Janeiro (Riotur), o recorte espacial limita a ideia de cidade às áreas central, sul e pequena parte da zona norte - até onde se localiza o estádio de futebol Maracanã -, e também exclui da sua geografia as favelas que ocupam os morros situados nas áreas representadas (Fig. 4).

Figura 4. Folheto distribuído pela Riotur, 2016.



Fonte: NEMÉZIO e OLIVEIRA, 2016, p.11.



3. QUEM MAPEIA QUEM? O LUGAR DA CRÍTICA NO FAZER CARTOGRÁFICO

Sabe-se que, historicamente, os mapas foram utilizados como um dos principais instrumentos para a demarcação e apropriação de territórios pelo poder dominante (ACSELRAD, 2010). Por essa razão, a cartografia produzida e difundida desde muito tempo resulta de uma visão hegemônica sobre o território, na produção de representações atendem aos interesses da reprodução do capital ou, conforme os Iconoclassistas (2012), servem para “enumerar os recursos naturais, as suas características populacionais e o tipo de produção mais eficaz para transformar em capital a força de trabalho e os recursos”.

Entretanto, novas formas de se fazer mapas têm sido testadas a fim de tensionar e gerar disputas no campo cartográfico, que expressam as relações de poder envolvidas na esfera da representação espacial, ou seja, sobre o que é validado enquanto mapa, enquanto representação da realidade, e que revela as próprias disputas nos diferentes campos da sociedade. Algumas categorias têm sido utilizadas para descrever tais iniciativas como “mapeamento coletivo” (ICONOCLASSISTAS, 2012), “cartografia social/crítica” (ACSELRAD, 2012), contra-cartografia, “descartografia”/“recartografia” (HEIDRICH, 2010) e “cartografia da ação” (RIBEIRO et al., 2013a), cada uma delas com suas visões próprias, mas que possuem uma característica em comum: “pretendem concorrer para a produção não hegemônica de sentidos e territórios” (ACSELRAD, 2012).

No que se refere ao espaço urbano, as práticas de cartografia crítica procuram, geralmente, dar visibilidade a conflitos e lutas sociais, apostando em categorias de análise subversivas. Como exemplo, tem-se o portal eletrônico “Fogo no Barraco” (Fig. 5), criado por um grupo de ativistas pela moradia e habitação para reunir, publicar e interpretar as ocorrências de incêndios nas favelas da Grande São Paulo. As informações são registradas em uma planilha colaborativa, cujos dados abastecem um cartograma que relaciona valorização imobiliária, distritos, favelas e remoções e Operações Urbanas. Esse projeto cartográfico, além de apoiar as comunidades incendiadas, provoca a hipótese de que os incêndios (muitos deles criminosos) pretendem a expulsão dos moradores mais pobres das áreas de especial interesse do mercado imobiliário.

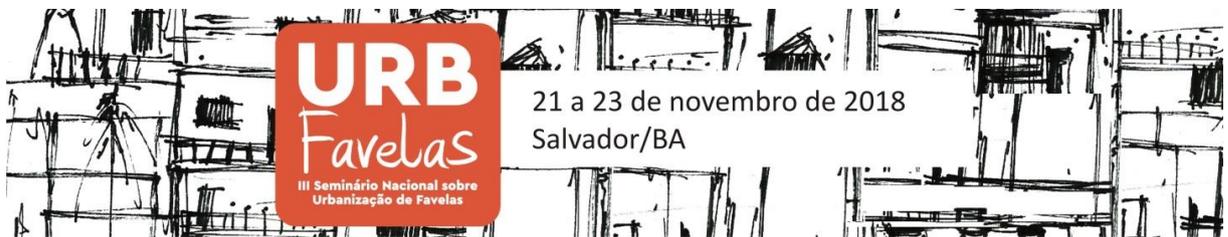
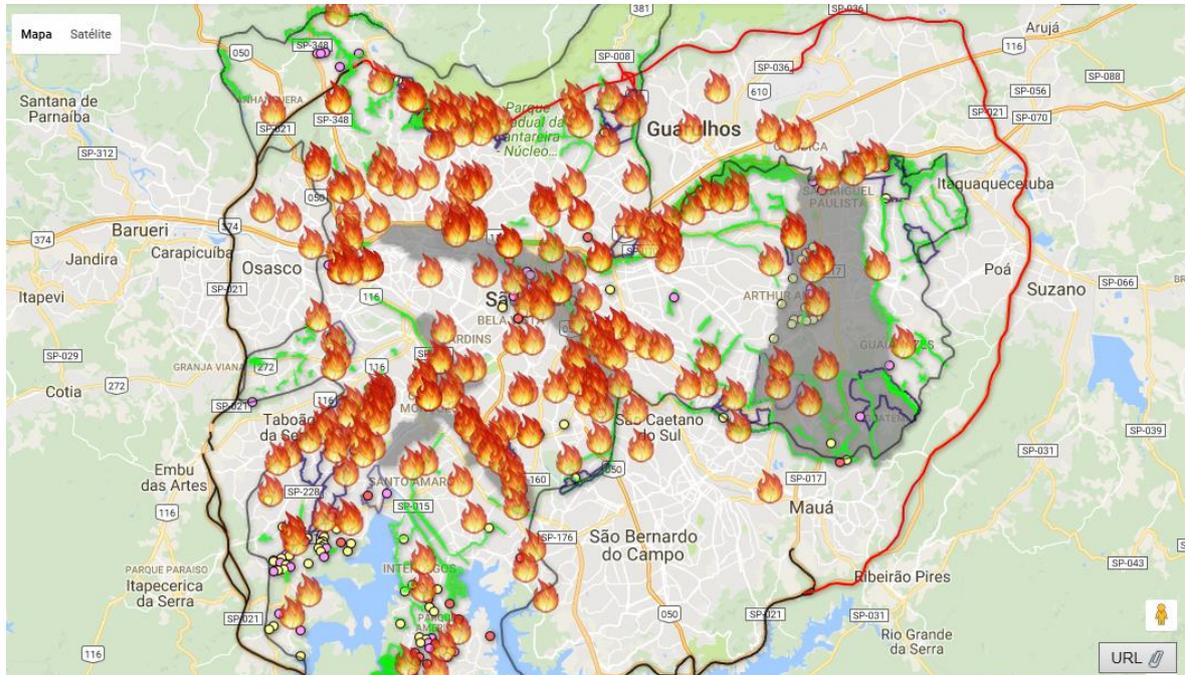


Figura 5. Projeto “Fogo no Barraco”.

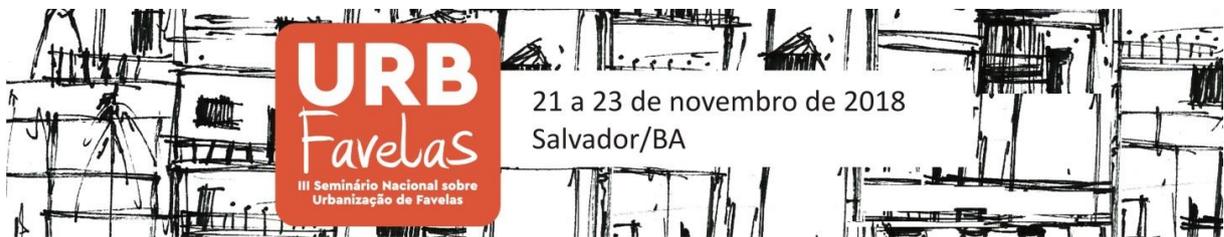


Fonte: <http://blog.fogonobarraco.laboratorio.us/#>, acessado em: 26/11/2016.

A produção de mapas integra as lutas simbólicas envolvidas no processo de produção cultural da paisagem e de seus elementos materiais. É possível perceber nas práticas de mapeamento não-estatal modalidades de ação diversificadas que tiram do Estado o monopólio da representação territorial, contestando seu protagonismo na produção de cartografias funcionais ao modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista e do projeto desenvolvimentista, que busca legitimar-se a partir de ideias como racionalidade ou “sustentabilidade”.

A partir dos anos 1990, multiplicam-se no Brasil, experiências de inclusão de populações locais em práticas de mapeamento. A ampliação dos espaços e a diversificação das formas da representação espacial, além da elaboração de novas tecnologias e de novos “sujeitos mapeadores”, constituíram um campo da representação cartográfica onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais. Nesse contexto, a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica tem efeitos de poder sobre o território (ACSELRAD, 2012).

Nos métodos cartográficos alternativos o espaço é delineado pelos próprios grupos segundo suas identidades específicas. A tradição é com frequência evocada na definição dessas



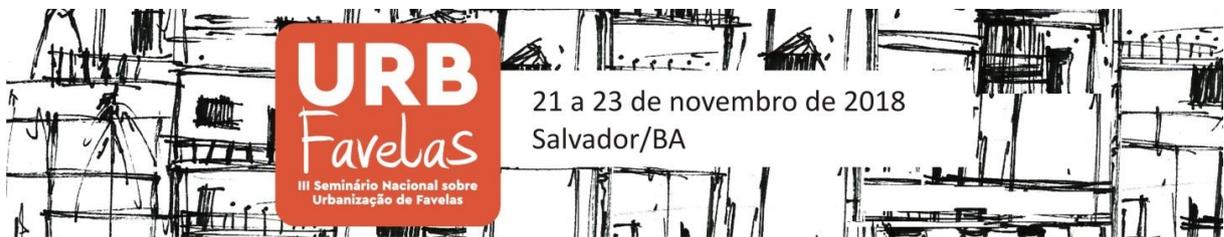
identidades. Nesse processo, a politização é visível, e o debate se estabelece na articulação entre os povos tradicionais, quando reunidos diferentes grupos e comunidades. Esse encontro dá visibilidade a um conhecimento que muitas vezes esteve guardado entre os mais velhos ou pelos detentores da memória coletiva. Informações sobre as áreas de uso comunal, sobre o território das “coisas criadas”, paisagem local das interações simbólicas e materiais entre homens, lenha, pasto, água, espíritos, caça e pesca...

A noção de mapeamento participativo surge, porém, com a marca de uma ambiguidade. Elaborada para dar voz às comunidades de base e grupos desfavorecidos sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura. Nas experiências conhecidas no mundo é possível verificar que elas podem estar associadas à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, assim como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a mecanismos de explicitação de conflitos sócio-territoriais e ambientais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território.

Por outro lado, não há como negar que a produção de uma rede de conhecimento territorial local pode fortalecer a coesão da comunidade e estimular a inovação e mudança social, auxiliando as comunidades no diálogo de igual para igual com o poder público e fomentando a reivindicação de direitos.

As disputas cartográficas colocam, assim, as práticas hegemônicas de planejamento em jogo e, quando estrategicamente conduzidas, permitem territorializar as descrições espaciais de forma a explicitar alternativas de uma intervenção urbana que não seja excludente e elitista. A capacidade de comunicação de um mapa depende da maneira como as informações são apresentadas e graduadas, mas também da sua capacidade de conexão com o cotidiano e subjetividade dos moradores. A tarefa de integrar realidades múltiplas e diversas formas de informação, promover aprendizagem social e a comunicação bidirecional e, assim, ampliar a compreensão sobre o território em disputa, bem como oferecer instrumentos e técnicas aos moradores, possibilitando seu protagonismo, um desafio metodológico constante na elaboração de Planos Populares.

A cartografia como instrumento de luta e resistência não pode ser limitada aos poucos que possuem o conhecimento para utilizá-la, por isso é importante que a linguagem seja completamente apreendida por todos e que a chave de leitura seja definida coletivamente para que a compreensão do mapa seja efetiva. Isso é particularmente importante quando o mapa é



um suporte para uma disputa territorial. Nesse contexto, a prática de auto cartografia pode exercer um impacto profundo sobre o fortalecimento da comunidade, a inovação e a mudança social.

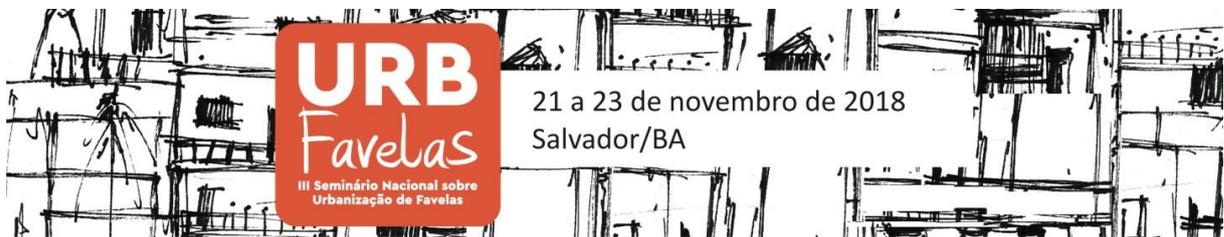
4. CARTOGRAFIA DO CONFLITO: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE LUTA

Quando as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão pretendendo simplesmente retratar o espaço físico, mas afirmar seus modos de vida. ACSELRAD (2012)

A representação do espaço urbano influencia a percepção sobre o cotidiano, a cidade e a vivência urbana, portanto quando legitimada por saberes técnicos institucionalizados tende a desvalorizar e obscurecer os saberes tradicionais comunitários. As representações cartográficas hegemônicas privilegiam espaços em detrimento de outros, posicionando-os como centros de saber, poder e desenvolvimento enquanto relegam os outros ao estigma da precariedade, violência, ignorância e, conseqüentemente, subordinação. O planejamento urbano institucional não permite o envolvimento efetivo da população que vivencia, utiliza e ocupa a cidade. A prática política dominante, apoiada na técnica e na neutralidade, se encerra em gabinetes, e o significado de cidade e cidadania se esvaziam.

A cartografia utilizada em contexto de conflito social urbano, por outro lado, constitui uma ferramenta lúdica e criativa que contribui para a construção de um relato coletivo sobre um território, além de fortalecer a identidade comunitária. O conhecimento crítico das distintas realidades consolidado coletivamente a partir do cotidiano, da memória e de saberes não especializados é uma forma de insurgência coletiva. A informação socializada elabora saberes que condensados em um suporte comum, um mapa, permite a elaboração de estratégias de resistências potencialmente transformadoras, pois além de incentivar a construção coletiva e comunitária das estratégias de resistência, apresenta um produto final passível de confrontação com as práticas de planejamento urbano hegemônicas (RISLER; ARES, 2013).

A produção, por sujeitos sociais locais, de uma rede de conhecimento territorial local, poderá vir a fortalecer a coesão da comunidade e estimular a inovação e mudança social,



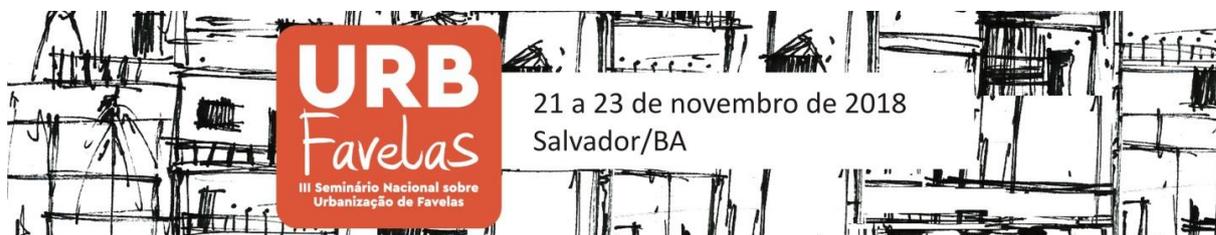
auxiliando as comunidades em diálogos mais horizontais com o poder público e apoiando na reivindicação de direitos. Nesse sentido, é emblemático o caso da Vila Autódromo, que por meio da ação coletiva de seus moradores, tornou-se elemento essencial de resistência e contribuiu para a permanência da comunidade, frente aos interesses dominantes nas ações do planejamento neoliberal/olímpico.

O conflito de décadas entre os moradores da Vila Autódromo com os grandes interesses econômicos imobiliários foi intensificado pela ação da Prefeitura do Rio de Janeiro no contexto dos Megaeventos esportivos internacionais de que foi sede, em 2014 e 2016. A constante luta pela permanência exigiu que, ao longo do tempo, a comunidade consolidasse diversas estratégias e decidisse quais ferramentas utilizar na sua resistência contra a remoção. O Plano Popular da Vila Autódromo iniciado, em 2011, a partir da iniciativa da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), consolida uma das principais ações de resistência da comunidade: contestar a argumentação do poder público e visibilizar a violação de direitos relacionada às remoções.

No contexto do Plano Popular da Vila Autódromo, as práticas hegemônicas de planejamento urbano foram postas em jogo e as disputas cartográficas, permitiram territorializar as descrições espaciais e explicitar alternativas de uma intervenção urbana que não promovesse a remoção da comunidade. Além do projeto de intervenção urbana alternativo, que explicitou a remoção da Vila Autódromo como uma decisão política com motivações econômicas e especulativas e que foi revisado ao longo dos anos de acordo com a conjuntura da comunidade, o Plano Popular produziu mapas que documentaram o processo de remoção, principalmente a partir das demolições iniciadas em março de 2014.

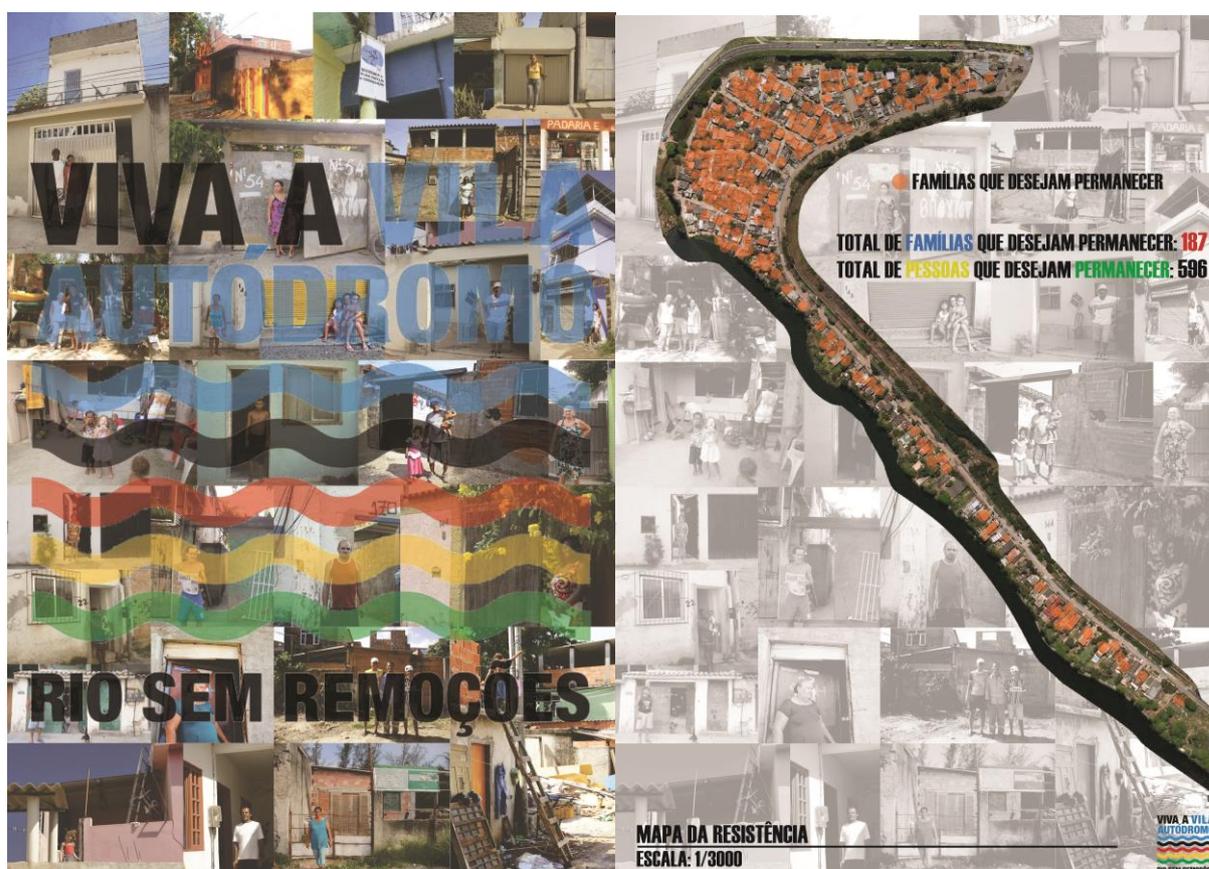
A capacidade de comunicação de um mapa depende da maneira como as informações são apresentadas e graduadas, mas também da sua capacidade de conexão com o cotidiano e subjetividade dos moradores. A tarefa de combinar realidades múltiplas, de elaborar formas diversificadas de informação comprometidas com modos de comunicação bidirecional, potencializar o (re)aprendizado social sobre o espaço vivido e, assim, ampliar a compreensão sobre o território em disputa, e a insurgência de protagonismos, foram desafios metodológicos constantes no Plano Popular.

A primeira atividade que permitiu a ampliação da compreensão dos moradores sobre as práticas e técnicas do projeto urbano e arquitetônico foi realizada no processo de definição do



projeto da creche comunitária em fevereiro de 2014. O projeto elaborado pelos arquitetos da equipe foi desenhado no próprio chão permitindo que os moradores se apropriassem do espaço proposto em escala real. O conhecimento adquirido nesse momento começou a capacitar os moradores para leitura de plantas e projetos e para a discussão sobre os espaços públicos da comunidade.

Figura 6. Mapa da Resistência produzido em 2014.



Autor: Elaborado no âmbito do Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA) pelo Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPLAC/ETTERN/IPPUR) em 2014.

A urgência das demolições demandou a produção de documentos que comprovassem a resistência dos moradores em contraponto ao discurso da Prefeitura que afirmou publicamente, em diversos momentos, que todos os moradores da Vila Autódromo desejavam sair da comunidade. Os Mapas da Resistência foram uma estratégia importante nesse momento, pois além de contestarem a versão da Prefeitura, foram utilizados no processo jurídico de defesa da comunidade. O primeiro mapa, apresentado em abril de 2014 (Fig. 6), demonstrou que 187 famílias lutavam contra a remoção e ainda apresentavam as famílias resistentes em fotografias na



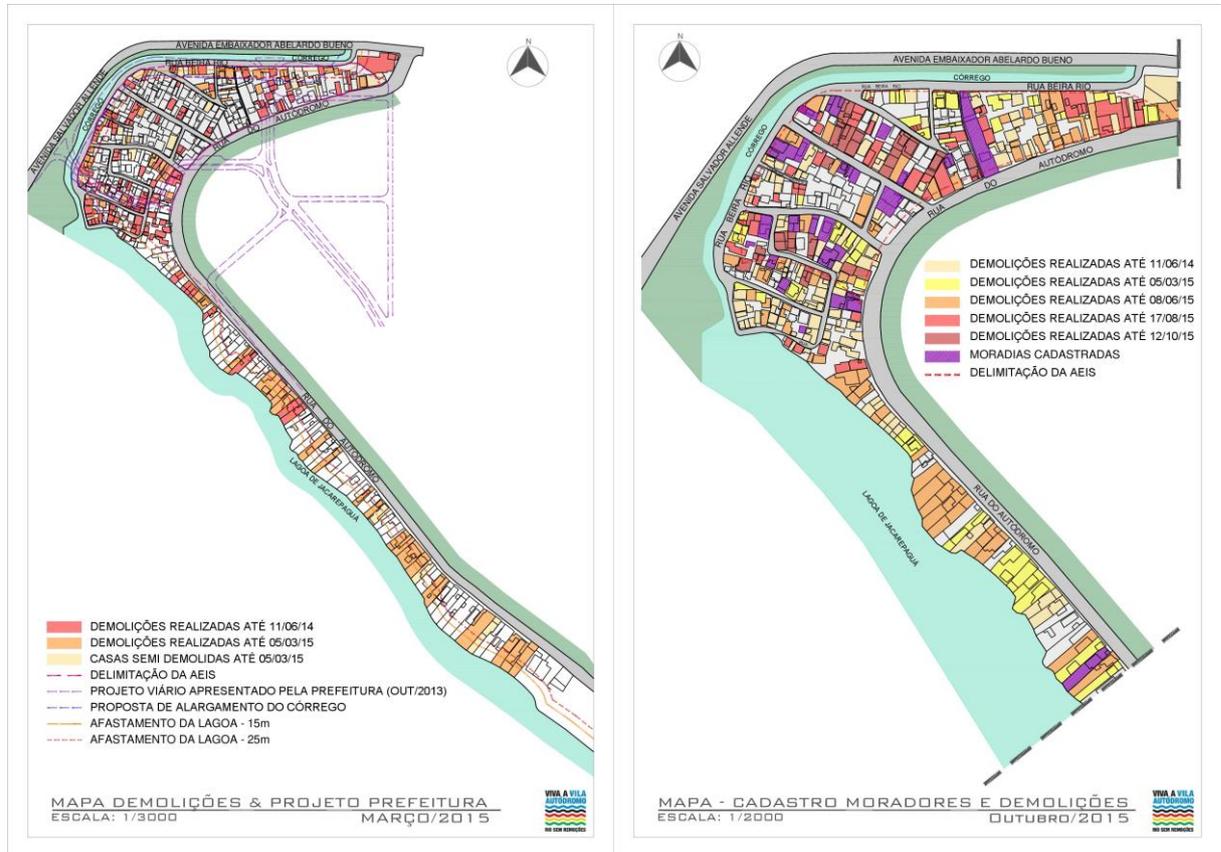
frente de suas casas, mostrando os rostos marcados pela violência do processo de remoção. O mapa como produto final foi um importante documento para a resistência e o processo de mapeamento certamente foi um momento de aproximação e conexão entre os técnicos, voluntários e os moradores. Tendo os moradores como guias, a dinâmica da comunidade pode ser percebida e moradores da resistência que por diversos motivos não participavam assiduamente das assembleias foram agregados no processo e declararam seu desejo de permanecer na Vila Autódromo.

A intensificação da pressão e coerção da Prefeitura na comunidade e a grave perda de habitabilidade, além do aumento dos valores das indenizações e a prática de oferecer apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida como objeto de negociação em conjunto com indenização acelerou, a partir de 2015, as demolições e a degradação da comunidade. Os Mapas das Demolições (Fig. 7 e 8) foram instrumentos utilizados para comprovar a ilegalidade de demolições vetadas por decisão judicial, o que permitiu acompanhar o processo de degradação e perda de habitabilidade da comunidade e, ainda, a incompatibilidade das áreas demolidas em relação ao projeto de sistema viário do Parque Olímpico apresentado pela Prefeitura como justificativa para a remoção.

A cartografia como instrumento de luta e resistência não pode ser limitada aos poucos que possuem o conhecimento para utilizá-la, por isso é importante que a linguagem seja completamente apreendida por todos e que a chave de leitura seja definida coletivamente para que a compreensão do mapa seja efetiva. Isso é particularmente importante quando o mapa é um suporte para uma disputa territorial. Nesse contexto, a prática de auto cartografia pode exercer um impacto profundo sobre o fortalecimento da comunidade, a inovação, a mudança social e a construção de poder popular. A primeira experiência de auto cartografia foi realizada no início de 2014 com o intuito de identificar os danos ocasionados pela Prefeitura com o início das demolições. A ideia era que os moradores marcassem no mapa suas casas, caso tivessem apresentado algum problema relacionado às obras ou questões de infraestrutura, como postes quebrados, bueiros destampados, acúmulo de água ou vazamento de canos do sistema de abastecimento de água. A marcação de pontos de referência no mapa foi essencial para a identificação dos pontos de interesse, que posteriormente geraram um relatório encaminhado à Defensoria Pública para apoiar a defesa jurídica da comunidade.



Figuras 7 e 8. Mapas das Demolições produzidos em 2014 e 2015 respectivamente.



Autor: Elaborado no âmbito do Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA) pelo Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPLAC/ETERN/IPPUR) em 2015.

Aos poucos os moradores começaram a apropriar-se da linguagem e representações. O que antes eram linhas, pontos e símbolos graduados de acordo com suas variáveis começou a consolidar-se, cada vez mais, como um espaço afetivo a partir da compreensão dos moradores sobre seus significados. Os Mapas da Resistência produzidos em 2015 foram integralmente realizados a partir dos dados apresentados pelos próprios moradores. Em um conflito em que muitas vezes o poder público utilizou como estratégia colocar os moradores uns contra os outros, a prática da cartografia contribuiu para a manutenção da unidade e o incentivo à ação coletiva. Caminhando pelas ruas, os moradores em luta pela permanência na Vila Autódromo, declaravam sua posição publicamente, construindo a resistência no espaço coletivo, rua a rua, casa a casa, morador a morador. O trabalho de vários dias reunia e conectava os moradores,



fortalecendo a rede de solidariedade e pertencimento que contribuiu para a ampliação da compreensão do direito ao território fortalecendo a pauta da luta pela moradia.

Os mapas produzidos ao longo do tempo são documentos que permitiram fortalecer a identidade comunitária, relembrar os espaços que foram suprimidos pelas demolições² e a trajetória dos moradores e sua luta contra a remoção. Mas ao incorporar os conhecimentos práticos das pessoas e estimular mais do que a participação ativa da comunidade, mas o protagonismo dos moradores, a prática de cartografar a resistência, utilizada sistematicamente no Plano Popular, ofereceu aos moradores ferramentas e técnicas que ampliaram sua compreensão e poder sobre seu território.

Figura 9. Cartogramas que demonstram o processo de degradação e apagamento da Vila Autódromo diante da violenta remoção.



Autora: Poliana Monteiro. Fonte: COSENTINO; MONTEIRO, 2017.

No começo de 2016, durante as negociações sobre o reassentamento das famílias e urbanização da parte remanescente da comunidade (Fig. 9) o poder de negociação dos moradores em relação aos aspectos técnicos envolvidos foi notável. A capacidade de identificação e compreensão dos aspectos técnicos pelos moradores ampliadas pelo processo cartográfico reafirmaram o protagonismo da comunidade e seu poder sobre seu território. A luta continua e a Vila Autódromo resiste.

² O Museu das Remoções inaugurado em 2016 dá continuidade e amplia o trabalho de luta contra o apagamento da memória, conformando um potente instrumento de resistência e luta contra a remoção. Ver: https://www.facebook.com/pg/museudasremocoas/about/?ref=page_internal



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Representar e interpretar a realidade é uma tarefa extremamente complexa, que carrega diversas limitações, dentre as quais a de ser, ela mesma, uma representação da realidade e não a realidade em si, assim como, o lugar de fala de quem representa e dos sujeitos representados. Por isso, é mister a condição ininterrupta de indagar-se sobre os processos de construção cartográfica e os seus resultados e característica dos exercícios aqui apresentados serem relacionais e experimentais, pois apontam para processos em movimento, dos quais, as análises cartográficas (em curso) ficam impedidas, portanto, de serem consideradas como produtos acabados e como um fim em si mesmas.

A cartografia crítica, neste caso específico apresentado, cumpriu esse propósito, pois teve um papel de mediação e não de finalidade. Foi um instrumento, um meio através do qual objetivou-se dar voz, legitimar, explicitar conflitos, contradições e violações em curso, para disputar com o poder dominante um projeto para a comunidade ameaçada por ele de extinção. Seu papel mediador também se reforçou no processo de apropriação dos códigos técnico-burocráticos do planejamento urbano por parte dos moradores: foi uma maneira de conhecer e desvendar a linguagem cifrada das representações territoriais, para tomar a dianteira na luta pela preservação de seus direitos sobre a terra.

Hoje, esses cartogramas ainda podem ser usados como dispositivos de “disputas de narrativas”, ao colocarem em questão as versões dos fatos ocorridos naquele local. Eles contam uma história de resistência e podem inspirar outras iniciativas no mesmo sentido.

Acredita-se, portanto, na capacidade potencializadora da cartografia crítica, quando essa se propõe a auxiliar na construção de novas perspectivas do território, ancoradas na realidade vivida, isto é, nas condições sociais e políticas, nas posições dos sujeitos, nas gramáticas territoriais das ações, e todas as contradições e fissuras resultantes das dinâmicas produtoras de desigualdades sócio-espaciais.

A cartografia crítica seria um desejável dispositivo do pensamento voltada ao debate público e ancorada na realidade, isto é, nas condições sociais e políticas, nos corpos e nas coisas do tempo presente. Pretende-se com ela, mais do que dar explicações de conteúdo dos eventos e ocorrências no espaço urbano, mas encontrar o que estrutura as dinâmicas de desigualdade



socioespacial. Na tarefa crítica de se pensar o mundo, a cartografia nos termos aqui propostos deve colocar-se atrás do cotidiano, expondo as multiplicidades forjadas e reunidas como singularidade técnicas contemporâneas de governança urbana que configuram a “Cidade Olímpica”. O desafio de incorporar em cartografias os valores subjetivos do conhecimento tradicional comunitário e instrumentalizar a comunidade deve ser constante, assim como o cuidado de proteger a informação cultural e tradicional de desvios externos e exploração, mantendo o controle dos moradores sobre seu acesso e utilização.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.

COSENTINO, Renato. **A invisibilização da pobreza e dos pobres no Rio Olímpico**. Rio de Janeiro: Justiça Global, abr. 2013. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/ainvisibilizacaodapobrezaedospobresnorioolimpico/>

COSENTINO, Renato; MONTEIRO, Poliana. **Rio 2016: projeto, orçamento e (des)legados olímpicos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017, v.1. p.43

ETTERN/IPPUR/UFRJ. **Guia Para Experiências de Mapeamento Comunitário**. Versão livremente adaptada para o português de CTA. 2010. Training Kit on Participatory Spatial Information Management and Communication. CTA, Países Baixos (ISBN: 978-92-9081-446-7), Rio de Janeiro, 2013.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Esquema para dialogar com descartógrafos. In: WASHINGTON, Cláudia; ARAÚJO, Lúcio de; GOTO, Newton (Org). **Recartógrafos**. Curitiba: edição do autor, v. 1, 2010. (p. 33-41)

ICONOCLASISTAS. **Algumas Considerações a cerca da Prática do Mapeamento Coletivo**, 2012. Disponível em: <http://www.iconoclasistas.net/portugues/>. Acessado em: 29/07/2015.

NEMÉZIO, Núbia F. de Oliveira; OLIVEIRA, Fernanda Gomes de. **A representação das favelas no mapeamento e informação do turismo no Rio de Janeiro**. IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s43-05-nemezio-n-gomes-de-oliveira-f.pdf> Acessado em: 29/05/2018.



MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

RESENDE, Alberto Toledo e TOZI, Fábio. A metrópole significante: usos rebeldes do território e a efervescência de novas racionalidades. In RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al* (Org). **Cartografia da ação e movimentos da sociedade:** desafios das experiências urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, CAPES, 2011. (p. 21-29)

RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* **Por uma cartografia da ação:** pequeno ensaio de método. In: Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço. Vol. 4, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo:** recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. - 1a ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.